

Circular nº 463/2023

Brasília (DF), 12 de dezembro de 2023.

Às seções sindicais, secretarias regionais e à(o)s diretores(a)s do ANDES-SN

Assunto: Relatório da Reunião do Grupo de Trabalho Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA) ocorrida nos dias 25 e 26 de novembro de 2023.

Companheira(o)s,

Encaminhamos o **relatório da Reunião do Grupo de Trabalho Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA)**, realizada nos dias **25 e 26 de novembro de 2023**, na Sede Nacional do ANDES-SN, em Brasília.

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Profª Francieli Rebelatto
Secretária-Geral

Relatório da Reunião do Grupo de Trabalho Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA) do Andes-SN
Dias 25 e 26 de novembro de 2023
Local: Sede do Andes-SN, Brasília-DF

Presentes:

Coordenação do GTSSA: Lúcia Lopes (**AdunB**), Michele Schultz (**Adusp**), Josevaldo Cunha (**Adufcg**), Gilberto Calil (**Adunioeste**)

S.Sind.: Jorge Nascimento (**Adusb**), Suzana Maia (**Aduff**), Bruno Bechara (**UFMG - Apubh**), Sandra Alessi (**Adufpr**), Elaine Neves (**Adufpel**), Diogo Rios (**Adufpel**), Aurelino Ferreira Filho (**Adufu**), Neide Matos (**Adunioeste**), Fernanda Mendonça (**Sindprol-Aduel**), Bernardete Mian (**Adufes**), Taís Bleicher (**Adufscar**), Milton Lima (**Aprofurg**), Adroaldo Santos (**Adufs**), Ricardo Behr (**Adufes**), Elen Carvalho (**Adufpa**), Amanda Moreira (**Asduerj**), Gihad Mohamad (**Sedufsm**), Francisco Freitas (**Sedufsm**).

Total: 13 S.Sind., sendo 10 com GTs constituídos e 2 em formação.

Dia 25/11/2023 (manhã), 9h – Abertura

- Lúcia, em nome da diretoria, inicia dando as boas-vindas e lembra a importância da participação da companheira Marinalva Oliveira no Andes-SN. Depois de uma salva de palmas em memória da companheira, bradamos: **Marinalva, presente!**
- Faz um resgate das lutas do setor das IMES e IEES, lembrando que temos mais uma S.Sind. no DF, SINDUNDF. Lembra das lutas de várias estaduais, como as do Maranhão, Paraná e São Paulo.
- Nas lutas do setor das IFES, destaca a campanha salarial e por melhores condições de trabalho, salário e valorização da carreira.
- Destaca que debateremos temas atinentes à aposentadoria, à equiparação entre aposentados e ativos, fim da contribuição de aposentadas/os e pensionistas, além da saúde mental.
- Os demais informes sobre as lutas serão dados no dia seguinte.

9h20 às 10h - Saúde do(a) trabalhador(a) e adoecimento mental

Convidada: Profa. Dra. Taís Bleicher (UFSCar)

Psicóloga, professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Clínica na UFSCar

- Traz o cenário de adoecimento na UFSCar e na USP-São Carlos, onde mantém colaboração e destaca preocupação com suicídio de estudantes.
- Aponta a necessidade de estudos para pensar políticas públicas de saúde.

- Os afastamentos por adoecimento mental têm características diferentes de outras situações.
- Defende um modelo não ambulatorial de atenção psicossocial, com uso de instrumentos clássicos utilizados mundialmente para comparação. As ações podem ser pensadas com a busca ativa de casos que, no caso da UFSCar, aparecem em levantamento epidemiológico feito anualmente.
- No Brasil há carência de dados. Até a década de 1990 o tema era pouco debatido.
- Linhas de ação: servidoras/es públicas/os, docentes do magistério superior.
- Há diferenças entre setor privado e público.
- Profissões que têm de lidar com gente, muita gente, normalmente estão associadas a sofrimento.
- Determinantes de sofrimento psíquico entre servidor(a)s público(a)s: nepotismo; ausência de nexos entre capacitação e o trabalho desenvolvido; carência de critérios para nomear e exonerar; assimetria entre funcionária(o)s; falta de plano de cargos e carreiras; luta por poder; RHs centradas em atividades administrativas; sensação de cumplicidade de corrupção administrativa; só apadrinhadas/os têm êxito.
- Os determinantes não são biológicos, não há doença. A questão pode ser de ordem material, de falta de recursos.
- Determinantes de sofrimento psíquico entre docentes universitários: sobrecarga de tarefas e cumprimento de prazos; alteração de humor na relação com estudantes; pressão por publicação, rendimento, aprendizado de novas tecnologias; limites entre profissional e privado; regras e normas institucionais; burnout.
- Grupo de saúde na ADUFSCAR servia apenas para debate sobre plano de saúde. Oferecimento de terapias integrativas, mas não olhando para os problemas de fato, como financeiro. Necessidade de macro, meso e microgestão na organização de tarefas. A motivação tem de ser relacional. Há cobrança de coisas que nunca nos foram ensinadas.
- Não se considera os diferentes perfis. Cotas para indígenas com perfis diferentes, p.e., povos já urbanizados ou não. Entram por vestibular diferente, com diferenças culturais. O mesmo ocorre com autistas.
- Burnout grave: pessoa não se importa com as outras. Não há como cuidar da(o)s estudantes, sem cuidar da(o)s professora(e)s e técnica(o)s.
- 2004 - Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador.
- 2007 - Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do SP
- O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) são diferentes. O SIASS tem treinamento.
- Conceitos mais violados: qualidade de vida no trabalho e promoção de saúde.
- Para garantia de qualidade de vida no trabalho gestora(s) normalmente implantam práticas individuais e corporais, que nada tem a ver com conceitos de qualidade de vida no trabalho. Não se atém à macro, meso e microgestão. P.e.: programa de meditação de fato tem impacto?
- SIASS: é o correto para promoção e prevenção em saúde mental, mas o que aconteceu que não funciona?
- Fez estudo dos problemas levantados a partir dos relatos no VIII Seminário de Saúde do(a) Trabalhador(a) do Andes-SN realizado em São Paulo.

- Quanto à discussão sobre violência nas escolas e universidades, recomenda documento do MEC que fala em incivildades que geram sofrimento. Há possibilidade de atuação nesse estágio, antes de se tornar algo mais grave.
- As soluções não têm relação com os problemas. As respostas têm de estar relacionadas aos determinantes dos problemas.
- (Apresentação - **Anexo 1**)

10h às 10h30 – debates

- Há imposição de funções e formas de controle em nome da transparência. Número de horas por ‘encargos’ de ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa, extensão e gestão. Pontuação para progressão gera adoecimento. Modelo de universidade liberal.
- Década 1990 é um marco de avanço neoliberal que interfere nas nossas condições de trabalho. Novos impactos do gerenciamento e controle do trabalho por meio da plataformização. É necessário debruçarmos sobre a docência ubíqua. A otimização do tempo de trabalho gera sobrecarga. Ex.: bancas que acontecem no mesmo dia. Há intensificação do trabalho presencial também.
- Há assédio entre colegas conectado(a)s pelo WhatsApp com demandas que vão além das atribuições - introjeção de um conjunto de atividades que não têm relação com o trabalho.
- O SIASS, em tese, serviria para humanizar, receber o(a) docente. No entanto, quando há procura, a pessoa já está adoecida e passa por agressões nesse espaço. Há um processo de desumanização do(a)s servidore(a)s. Qual a possibilidade de mudança? Docentes que estão em cargo de gestão realizam atendimento aos finais de semana. A agressividade entre colegas é um desafio.
- Levantamento aponta, fundamentalmente, aumento do adoecimento da(o)s docentes da ativa e a questão de financiamento das atividades durante a pandemia. Houve demissão de pessoal terceirizado e a gestão se vangloria da redução dos gastos. Fechamento de locais, p.e., bibliotecas. Não há movimento de professor(a)s para se contrapor a isso.
- Necessidade de investigar a saúde docente. Fizeram levantamento pela Apufpr na época do Reuni, com base na epidemiologia crítica. Necessidade de retomar os dados. Foco hoje mudou por causa do trabalho por plataforma, remoto. Sobre SIASS: houve proposta do governo naquele momento, mas não foi discutido. Embora haja equipes, a lógica de controle não mudou. Se caracterizou como um serviço de perícia. Discutir pesquisa, mas temos de colocar SIASS na mesa de negociação para discutir a política de saúde do servidor. Levantamento epidemiológico não existe. Momento de repensar.
- É necessário discutir o SUS e a vigilância de saúde do(a) trabalhador(a), além da centralidade do trabalho e dos determinantes/condicionantes de saúde. Levantar os determinantes, mas pensar a política e organização dos serviços de saúde nas universidades. Há ausência da notificação do adoecimento e a relação com o trabalho. No SUS tem essa possibilidade. Atuar da perspectiva do determinante é atuar na vigilância do ambiente do trabalho e epidemiologia. Serviço de saúde com ações como constelação familiar, p.e. Docentes não têm direito à preguiça, ao ócio e à militância para mudança de um regime político.

- Professore(a)s aposentado(a)s não fazem parte mais da instituição, não são mais recebidos pelo serviço oferecido pela universidade. Aposentado(a)s contribuíram e merecem ser respeitado(a)s.
- Pessoas culpam o sindicato pelo sofrimento. Além de todo o trabalho realizado, há ataques de colegas por estar no sindicato.
- A perspectiva epidemiológica de levantamento de dados passa longe nas universidades. Grupo de docentes que ficam à margem: os de multicampia. É necessário que haja descentralização da perícia. Grupo de docentes que ficam no limbo: aposentado(a)s. A busca por planos de saúde aponta uma contradição - defendemos SUS e saúde pública, mas utilizamos plano privado. Ex. de código de conduta ética que traz duas questões preocupantes: i. deixar de utilizar recursos tecnológicos fere conduta ética; ii. assédio entre colegas e com estudantes - como atuar nessa mediação? O que é de fato assédio? O código isenta chefias de acusação de assédio moral.
- Apontamentos quanto à aceleração das inovações tecnológicas na saúde, educação e previdência. Discussão do produtivismo está vinculado à plataformização, um grande ramo de negócios. Processo de adoecimento que não está relacionado ao trabalho. Processo de endividamento - consignação em folha entrou no debate da mesa de negociação e fizemos a crítica. Implantação de 40% de atividades à distância contribui para reforçar a lógica produtivista. Portaria MGI nº 24/2023 faz avançar a plataformização e o produtivismo. O esvaziamento dos espaços traz impacto nas atividades sindicais.

Fechamento - Taís:

- Sobre o esvaziamento dos espaços, alerta que vagas estão sobrando na psicologia da UFSCar, curso mais concorrido depois da medicina.
- Problema no atendimento do SIASS, assim como no SUS - tem relação com desvalorização geral do(a) servidor(a) público(a), que também está adoecido.
- Entende que o problema não é o controle, mas sim o falseamento de dados do que efetivamente trabalhamos. Assédio institucional nos leva ao falseamento.
- No âmbito da assistência estudantil, tem um observatório de suicídio na UFSCar.
- Combate às pseudociências dentro das universidades - realidade não isolada.
- Grupo do(a)s aposentado(a)s - como se caracteriza o sofrimento? É necessário fazer levantamento
- Terceirizado(a)s - praticamente não existe trabalho sobre ele(a)s. Do que ele(a)s sofrem? Invisibilidade.
- Sobrecarga de colegas em diretorias das S.Sind. - Pesquisa mostra que estudantes com engajamento político estão mais protegido(a)s.
- Multicampia deve sim ser explorada.
- Endividamento: vale pesquisar os impactos sobre a saúde mental.

10h30 às 10h50 - intervalo

10h50 às 11h30 – apresentação da primeira fase da enquete sobre condições de trabalho e saúde do(a)s docentes

Convidado: Prof. Dr. Bruno Bechara (UFMG)

Terapeuta ocupacional, atua na área da saúde coletiva e do(a) trabalhador(a).

Relação entre trabalho e saúde. Pressuposto da saúde do(a) trabalhador(a): os melhores defensores da saúde somos nós mesmos. A doença no corpo alheio é suportável.

Equipe responsável:

Coordenação do GTSSA: Cristine Hirsch (UFPB), Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa (UFF), Neila Nunes de Souza (UFT), Raquel Brito de Sousa (UFMT), Zuleide Fernandes de Queiroz (URCA)

Coordenação Técnica: Amanda Moreira da Silva (UERJ)

Equipe Docente: Bruno Souza Bechara Maxta (UFMG), Flávia Bulegon Pilecco (UFMG), Gilberto Calil (Unioeste), Maelison Silva Neves (UFMT), Michele Schultz (USP), Pedro Henrique Antunes da Costa (UnB), Stefan Chamorro Bonow (IFRS), Thiago Sebastiano de Mello (UnB)

Objetivos: analisar as condições de saúde e trabalho, com foco nas consequências da pandemia. Referência instrumental: enquete operária de Marx que busca conhecer a vida cotidiana da classe trabalhadora.

Instrumento: questionário auto-ministrado remotamente usando o Research Electronic Data Capture (REDCap) - captação e organização (categorização) de dados. 74 questões divididas em 8 eixos temáticos.

- A abordagem foi quali e quantitativa, com algumas questões abertas.
- Foi feita uma análise estatística descritiva nesse primeiro momento.
- O ambiente R de programação com script já pronto, o que permitirá utilizá-lo posteriormente.
- O projeto foi aplicado em 11 instituições entre 22 de maio e 22 de junho, um período bastante curto.
- Alguns dados: 2107 docentes em atividades - 66% completaram o questionário.
- Tempo mediano de docência - 13 anos - jovens professore(a)s, portanto; 96% efetivo(a)s.
- Nos últimos anos as atividades docentes aumentaram para 65% da(o)s participantes. 88% assumiram tarefas administrativas. A maioria tem sensação de sobrecarga e pressão. 58% têm dívidas, financiamento ou empréstimos.
- 38,3% - Avaliam como negativa as mudanças a partir de 2020.
- 8,8% - não têm tempo de desconexão.
- 6,6% reconhece a forma de trabalho por tempo/jornada, portanto, a maioria se organiza por tarefa, o que está relacionado com produtivismo.
- Autoavaliação da saúde: 15,1% avaliaram negativamente.

- Condições físicas e emocionais foram listadas e há relação com trabalho.
- Aumento de peso corporal, consumo de medicamentos, tabaco e redução das horas do sono depois da pandemia.
- 55% relacionam suas condições de adoecimento com o trabalho.
- Autocuidado: maioria busca exercícios físicos e consultas médicas. 6% não assumem estratégias de cuidado.
- Relações interpessoais entre servidore(a)s pioraram para 31% das/os participantes ou pioraram muito para 21%.
- 40% dos colegas responderam que não há iniciativas de promoção de saúde nas instituições e 36% não sabiam que havia.
- Sobre direitos trabalhistas e assédios - percentuais consideráveis apontam para atenção às questões.

Considerações finais:

- enquete como instrumento de agitação importante,
- adesão significativa,
- problemas com instrumento são superáveis,
- descrição nacionais e particulares de cada IES,
- resultado por perfil docente,
- análise de conjuntura do trabalho docente,
- será importante o envolvimento de todas as universidades federais, estaduais e municipais, IFs e CEFETs.

Acesso ao relatório da 1ª etapa da enquete:

<https://www.andes.org.br/diretorios/files/Beregeno/PDF4/Relat%C3%B3rio-%20EN-sa%C3%BAde-docente.pdf>

(Apresentação - **Anexo 2**)

11h30 às 12h – debates

- Validação do instrumento com a 1ª etapa. A avaliação das questões abertas revelou aceitação do instrumento, embora haja apontamentos de temas faltantes. Temos apresentado alguns dados, mas há várias possibilidades de análise.
- O instrumento não deve ser mudado. As respostas nos dão possibilidade de intervenção. As condições materiais de vida guardam relação com a saúde docente.
- A enquete foi vitoriosa, com concepção baseada na enquete operária de Marx que leva à autorreflexão sobre as condições de trabalho. Um instrumento para chegar e mobilizar as pessoas. Há expectativa das S. Sind. para a etapa nacional da enquete.
- Houve contribuições do GT da Aduff para enquete. O instrumento em si pode ajudar na organização e mobilização nas S. Sind. promovendo diálogo com **as/os** não sindicalizada(o)s. Como S. Sind. conseguirá fazer cruzamento dos dados? Expectativa de adesão nas instituições que não foram pesquisadas e continuidade das que participaram da 1ª etapa. A percepção de saúde nos dá subsídios para debate sobre condições de trabalho.

- A necessidade de pesquisa vem de longa data e a aplicação da enquete considerou esse histórico, entendendo-se que é um instrumento de atuação sindical, e não de pesquisa. A criação do instrumento foi um processo de muito sucesso. A construção inspirada na enquete de Marx, mais as experiências e alguns aspectos intuitivos, como relação de tarefas assumidas foram fundamentais. É necessário que haja continuidade.
- A enquete tem relação com debate anterior. O objetivo deve ser traçar o panorama nacional a partir das experiências das S. Sind. Respostas entram num campo de realidade da exploração, da intensificação da jornada. A relação entre adoecimento e as formas de intervenção (promoção e prevenção na saúde coletiva). O instrumento permite extrapolar para além da categoria.
- Todas as S. Sind. receberam os dados. Pessoas não sindicalizadas se interessaram, o que nos aponta que esse tema é mobilizador.

Fechamento - Bruno:

Sindicatos tinham de se apropriar mais do cuidado. Saúde é uma questão que atrai.

Os dados são importantes para a apreensão das questões.

Questões operacionais e práticas: para operar as planilhas, basta conhecimento básico de Excel que permite acessar os dados. Precisaremos de apoio técnico para análise depois da etapa nacional.

12h às 14h - intervalo para almoço

14h às 17h30: Impactos das contrarreformas da Previdência Social na aposentadoria (palestras e debates)

Convidada: Profa. Dra. Lucia Lopes (UnB - 3º Vice- presidenta Andes-SN)

- Sentido das aposentadorias e pensões: são direitos e não privilégios. Na sociedade sob a lógica da exploração, aposentadoria é caracterizada como privilégio. Aposentadoria não é inatividade, mas significa suspensão da venda da força de trabalho ao mercado, como condição para a autoreprodução.
- Como direito fundamental, é importante que seja usufruído na fruição da vida.
- O tempo que antecede a aposentadoria costuma ser de muita tensão e ansiedade.
- Contrarreformas levam ao atraso das aposentadorias, por exemplo, para continuar recebendo auxílio permanência.
- Impacto das contrarreformas nos regimes:
 - RGPS para o conjunto de trabalhadore(a)s
 - RPPS: servidore(a)s público(a)s (Lei 9.797/1998)
 - RSPMU: não é bem um regime
 - Previdência complementar
 - entidades abertas de previdência complementar (EAPC) - fins lucrativos
 - entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) - grupos de trabalhadores de entidades ou empresas. P.e. Funpresp - servidores públicos da

união - desde fev/2013, para cada um dos poderes - executivo, legislativo e judiciário.

- Cobertura do RGPS (março/2023)
 - Segurados: quase 56 milhões
 - Beneficiários - cerca de 38 milhões - por condições especiais, p.e. césio em Goiânia
 - Beneficiários previdenciários - 32,5 milhões
 - Aposentadorias: 22 milhões (12 milhões - por idade, 3 milhões por invalidez e 6,8 milhões por tempo de contribuição)
- Entes federados: RPPS por ente federativo: 38,4%, RGPS: 61%.
- EFPC - 185 entidades, com 2,7 milhões de participantes ativos, assistidos: 790 mil, investimentos: 1.1 bi.
- Funpresp: 106,9 milhões de participantes; aposentadorias e pensões - 420; patrimônio: 8,28 bilhões.(dados de outubro)
- Por que contrarreforma? Porque contrarreforma é retirada de direitos. Reforma é conquista, ampliação de direitos. Primeiro a usar contrarreforma foi Trotsky no livro “Aonde vai a França?”.
- Ao longo da luta da classe trabalhadora, a luta por aposentadoria sempre foi muito importante. Há manutenção de laços com a aposentadoria. 1/3 da capacidade de consumo de trabalhadores rurais vêm de benefícios da previdência. Previdência tem natureza contraditória a depender das determinações atende aos interesses do capital e do trabalho.
- Reforma se deu na década de 1980 em um contexto de luta pela retomada das liberdades democráticas. Houve flexibilização do caráter ‘seguro’, com viabilização de saúde, assistência e previdência por meio da seguridade social instituída pela Constituição federal de 1988.
- Conquistas: irredutibilidade dos benefícios, o piso de um salário mínimo, com integralidade (último vencimento).
- A partir de 1990, disputa sobre a seguridade social, num contexto de crise - o propósito era a privatização da saúde e da previdência. Início do movimento de contrarreformas. Há disputa do fundo público em favor dos capitais - redução da previdência e saúde públicas para dar lugar à previdência privada.
- Os Fundos de pensão compõem o capital financeiro. Todos os governos compuseram redução de direitos.
- Exemplos:
 - FHC (1998) - o teto era de 10 salários mínimos e hoje é pouco mais de 5 salários mínimos. Fim da aposentadoria por tempo de serviço, desconstitucionalização.
 - Lula (EC 41, 42/2003 e 47/2005) - perdas no RPPS. Instituição da contribuição para aposentados e pensionistas.
 - Dilma - criação da Funpresp, mudanças principalmente na pensão por morte.
 - Temer (EC93/2016 - DRU cai para 30% sobre o OSS - passou a ter déficit; 95/2016).
 - Bolsonaro (EC 103/2019) - mais destrutiva da seguridade social - combinação de idade com tempo de contribuição gera achatamento, prolonga tempo para aposentadoria, desconstitucionalização. Reorganização dos RPPS - proíbe criação de novos regimes

próprios (atualmente temos 2145); onde tem RPPS tem de ter regime complementar. Fundos de pensão podem ser geridos pela iniciativa privada. Antes era via fundações. Possibilidade de contribuição extraordinária. RPPS pode ser aplicado na forma de empréstimo consignado. Processo de financeirização dos RPPS. Transformação da previdência básica em mercadoria lucrativa.

- Desde a criação da Funpresp, aumentou a pressão e o assédio para adesão.
- Previdência transformada em um grande nicho de acumulação de capital.
- TCU aponta que as despesas do RPPS caíram, mas as receitas aumentaram. Isso se deve ao aumento das alíquotas e aos limites de acesso aos benefícios.
- No caso dos militares, as contribuições financiaram só 12% das aposentadorias e pensões.
- RGPS: redução dos requerimentos - digitalização leva a dificuldades de acesso. Indeferimentos: aumentou por não alcançar as regras. Aumento muito grande do número de atravessadores (advogados). Relatório do TCU mostra que o uso da tecnologia tem cerca de 1/3 de erros nas concessões
- Dificuldade de acesso, inclusive pela redução de servidores/as (déficit de cerca de 22 mil), entre outros fatores, reduziram o acesso.
- Endividamento.
- Pesquisa realizada pelo Andes-SN sobre RPPS. Financeirização toda respaldada na legislação, com aplicação no mercado de capitais.

Pontos centrais de luta:

- Contribuição previdenciárias de aposentados e pensionistas (a partir de jan/2004). Carlos Mota em 2006 propôs fim das contribuições. Relatório das CCJ e Especial apresentado só em 2010. Substitutivo de Arnaldo Faria de Sá – traz uma proposta de redução gradativa entre 6e e 66 anos. Em 2023, o Mosap está articulando proposta muito ruim - mantém a contribuição, exceto para aposentados por incapacidade ou pessoas com doenças incapacitantes. A diminuição das contribuições seriam de 65 a 75 anos. O Andes busca uma mobilização que favoreça a construção de uma proposta mais favorável aos aposentados e pensionistas.
- PEC32/2020 - só servidores de carreira teriam RPPS. Todos os outros iriam para RGPS.
- Decreto 10.620/2021 - benefícios das autarquias e fundações para o INSS. Entidade gestora única.
- PEC133/2019 (paralela) - servidores de estados e municípios. Aatoria de Simone Tebet. Está na Câmara para ser votada.

Defender aposentadorias e pensões como direitos essenciais à vida!

(Apresentação – Anexo 3)

Convidado: Dr. Leandro Madureira (AJN do Andes-SN)

- Reformas de 1998, 2003, 2005 e 2019.
- O art. 40 da CF/88 regula a previdência dos servidores públicos. No texto original traz aposentadoria por tempo de serviço (30 ou 35 anos, mulher ou homem), com

decrécimo de 5 anos para docentes. Com integralidade e paridade - forma de cálculo e de reajuste, respectivamente.

- Reforma 1998 (EC20/98) - adição de tempo. Extinção da regra de 5 anos a menos para docentes do magistério superior. Valor ainda com base na integralidade e reajustado pela paridade. Regra de transição - permite aposentadoria com idade menor, com manutenção de critérios - pedágio de 20% do tempo que faltava.
- Reforma 2003 (EC41/2003) - contribuição de aposentados e pensionistas sobre valor acima do teto do INSS. Isenção até o teto. Permanecem requisitos de elegibilidade. Há extinção da integralidade e da paridade. Média aritmética das 80 melhores remunerações, com base no INSS, que não atinge a inflação. Duas regras de transição.
- Reforma 2005 (EC47/2005) - PEC paralela - servidor até 16/12/1998 pode aposentar com integralidade e paridade. Se houver mais tempo além do mínimo, pode reduzir a idade para aposentadoria.
- Lei 12.618/2012 - possibilidade de instituição da previdência complementar. Entidades fechadas de previdência exclusivamente para servidores públicos federais - Funpresp - que não existe fisicamente, mas existe juridicamente com aprovação do plano de benefícios. A aplicação do teto se torna realidade com a criação do Funpresp.
- Funpresp - 106 mil ativos, 186 patrocinadores, 420 aposentados e pensionistas, 8 bilhões de reais administrados. 90% (6,62 bi) desse valor é investido na União, com títulos públicos. 2,11 bi tem gestão privada - caso das Americanas.
- Adesão ao Funpresp - assinatura de contrato de natureza facultativa. A despeito disso, a MP676/2015, agora Lei 13.183/2015, faz adesão automaticamente. Tem de pedir, num prazo de 90 dias, para receber as contribuições feitas caso opte pela não adesão. Se não pedir, só recebe de volta na aposentadoria. ADI 5502 (2016) - pela inconstitucionalidade da Lei. Houve campanha do Andes-SN em 2013 pela não adesão ao Funpresp. A contribuição pelo teto diminui a arrecadação.
- Contribuição de 11% sobre o teto de INSS, contribuição de 8,5% do valor que excede o teto mais 8,5% da União. FCBE - cota-parte de um fundo coletivo que em tese seria vitalício.
- Funpresp tem chamarizes - contribuição paritária do ente federativo, abatimento do IR, mobilidade previdenciária, que é a única coisa realmente positiva. Desvantagens: benefício varia de acordo com as reservas, possibilidade de redução da alíquota do ente federativo, jurisprudência - contrato vigente é o do momento da aposentadoria e não do momento da contratação, valor das contribuições é pequeno para reservas. União oferece um incentivo à migração gera um benefício especial - diferenças entre contribuição previdenciária antes da migração.
- Discussões sobre Funpresp - data de ingresso - desconsidera cargos anteriores ao ingresso no serviço federal. Migração para o Funpresp. Orientação para participação no Funpresp. Nos estados e municípios - não há benefício especial para migração.
- Reforma Bolsonaro/Guedes (EC103/2019) - duas regras de transição.
- Art. 4º - regras de idade e tempo de contribuição. Regra do somatório - pontuação é progressiva. 105 e 100 é o teto de pontos. Valor da aposentadoria - média de todas as contribuições com alíquota que varia com o tempo de contribuição.
- Até 2003 - tem direito à integralidade e à paridade, com critérios de elegibilidade mais rigorosos. De jan/04 até fev/13 e a partir de fev/13 - regra 60% + 2% da regra de transição.

- A integralidade é relativa - sobre a remuneração não variável.
- Art. 20 - regra do pedágio - sobre o tempo de contribuição faltava para atingir 30 (mulheres) ou 35 anos de contribuição (homens).
- Art. 10 - limitado ao teto.
- EBTT e magistério na educação infantil, fundamental e médio - regras específicas.
- Regras especiais: insalubridade, periculosidade etc.
- Súmula vinculante 33 - tempo especial para casos de insalubridade, p.e. - aplica-se regras da iniciativa privada.
- PCD's - também se aplica a legislação da iniciativa privada.
- Pensão por morte: cálculo feito pela cota familiar. Cônjuge: 50% mais 10% por filho. Cônjuge mais filho: 50%+10%+10% com máximo de 90%. Se for aposentado: cálculo sobre aposentadoria. Se não for aposentado: sobre valor hipotético da aposentadoria por incapacidade naquela data. Período depende da idade do cônjuge.
- Aposentadoria por incapacidade permanente - exclusão de doenças graves e outras condições.
- Regra de cumulação de benefícios - melhor benefício mais uma parte do 2º melhor.

Pontos relevantes:

- relativização da integralidade
- anulação de aposentadorias
- previsão de benefícios de risco - securitização
- contribuição extraordinária - até 20 anos
- desconstitucionalização da previdência
- regime de capitalização - privatização - planos da ABRAPE - associação das entidades fechadas de previdência complementar
- gestão do Funpresp por entidades abertas
- majoração da idade por lei complementar

Florestan Fernandes - concentração em Brasília, discussão com parlamentares - luta do Andes-SN)

(Apresentação – **Anexo 4**)

Debates

- A Bahia foi laboratório das incursões. Sugere-se informação para professores/as por meio de cartilha sobre efeito da previdência complementar. As contrarreformas são um retrocesso, com o governo fazendo as vezes do capital. Dúvida sobre aposentadoria especial.
- Há possibilidade de compensação financeira entre os regimes próprios e regime geral.
- Hoje não acontece a crítica ao Funpresp. Há um apassivamento das/os professoras/es, especialmente as/os mais jovens. Discussões sobre insalubridade e periculosidade.
- Há um processo de desmobilização dos novos docentes, que não veem a pauta salarial como uma questão. Perguntas importantes: O quanto a aposentadoria é uma projeção considerando o conjunto de contrarreformas e a retirada de direitos? Quem são os novos docentes? Quais as bases para uma campanha contra a Funpresp?

- Sobre o tempo para aposentadoria: tem como fazer trabalho preventivo para que não sejamos surpreendidos de uma hora para outra?
- O tema já foi trabalhado muitas vezes. Destruição do jovem que não tem como se livrar do esquema. Falta de acesso às informações. Andes-SN deve pressionar as AD's para retomar essa denúncia novamente.

Fechamento

- A luta pela revogação da contrarreforma da previdência social é fundamental.
- Estados e municípios não repassam a Contribuição previdenciária. Todo ano tem o Refis para negociação das dívidas.
- Há no campo do governo Lula pouco espaço para revogação das contrarreformas. As possibilidades mínimas circundam o debate sobre aposentadorias por incapacidade definitiva, pensões, aposentadorias especiais.
- Precisamos aprofundar o debate sobre a Funpresp.
- Como acessar a base? Estruturar os GTs nas S.Sind.
- Entidade gestores dos fundos de pensão - PL189 - estamos defendendo a revogação.
- Estado da Bahia foi precursor da reforma da previdência, antes do Bolsonaro.
- Aposentadorias especiais - UnB já faz administrativamente. Trabalho burocrático.
- Desconhecimento das regras é geral.
- Há propaganda do Proifes para adesão ao Funpresp.
- Questões orçamentárias para pagamentos de aposentadorias. RPPS como uma massa de integralidade e paridade separado de outras massas. Há transferência de fundos superavitários para fundos deficitários. Usa-se dinheiro de servidores da ativa para pagamento de aposentados.
- Novos docentes - começar a tratar aposentadoria como assunto geral, não só de aposentados. Insalubridade e aposentadoria especial - afastamento precoce para evitar a morte. Universidade com programas de QVT - qualidade de vida do trabalhador - em geral, tem mais concessão de insalubridade e periculosidade.
- Falta de transparência das reitorias - necessário acompanhamento cotidiano do Diário Oficial.
- Para retomar a luta contra a Funpresp: sugere aconselhamento financeiro, educar dentro da previdência complementar, já que não dá para eliminar a Funpresp.
- Trabalho preventivo ocorre nos encontros do jurídico e deve-se fomentar planejamento previdenciário.
- Trabalhos de campo para falar sobre a previdência - há esvaziamento nas atividades. A comunicação do Andes-SN, junto com a AJN está preparando uma nota técnica, quase uma cartilha, com QR code para um vídeo com apresentação sobre aposentadoria.
- Ação de abono de permanência sobre 13º e férias - em geral favorável.

Dia 26/11/2023 (manhã)**9h às 10h40 - Informes nacionais e das seções sobre as lutas referentes à temática****Diretoria**

A) Resoluções do CONAD e pendências, que estão sendo conduzidas:

- Participação do Andes no Evento sobre Hospital universitários em 02 de outubro de 2023, com vistas a articular a frente parlamentar em defesa dos hospitais universitários. Financiamento da participação de Fatima (UFRJ);
- Integralidade, isonomia e paridade entre ativos e inativos constam no ofício do Fonasefe de 11 de julho sobre direitos previdenciários...
- Revogação do decreto 10620/2021 e PL 189/19 - Consta da pauta da mesa central de negociação do FONASEFE ofício de 11 de julho/23 – o pedido é de revogação de ambos. Mas, em 25/10/2023, o governo altera o Decreto 10.620/2020, por meio do decreto, 11.756, suspendendo até 31/12 de 2024 a centralização das concessões e autorizando o MGI, por ato normativo prorrogar por mais um ano.
- Revogação da Reforma da previdência, trabalhista, extinção FUNPRESP – consta da pauta da mesa de negociação.
- Participação do ANDES (encarregatura) no evento da UEPI, em 11 novembro.
- Aposentadoria pelo Teto: Andes foi admitido como é *Amicus Curiae* na ação da FENAJUFE sobre a não obrigatoriedade de teto para servidores que ingressaram antes da data de 04/02/2013. Peça número 150 do recurso extraordinário 1. 050.597, ao supremo tribunal federal, datado de 26/07/2023;
- PLP 143 sobre atualização de anuênios e quinquênio para estados e municípios, aprovação de substitutivo – Reunião marcada com Presidente da CCJ no dia 28/11, as 10 horas;
- Fim da Contribuição de aposentados e pensionistas, PEC 555/2006 (já explicado)
- Audiência com Erika Kokay no dia 16/11/23 (toda a coordenação do GT);
- Reposicionamento no topo da aposentadoria. 1987; 2006; 2098; 2013; 2016 (Manifestação jurídico) - Inclusão no ofício no 02/2024 conjunto andes e SINASEFE, do dia 04/09 entregue na reunião de carreira;
- Pedido de nota técnica número 2 à AJN no dia 13/10; resposta em 31/10/23
- Pedido de estudo ao DIEESE, no dia 21/10 e nota técnica ao jurídico;
- Em debate: Solicitação de audiência com a Andifes para tratar administrativamente; Levantamento do impacto junto ao MEC; levantamento de quem se encontra nessa situação.
- Na Mesa de carreira debate-se isonomia e transposição;
- Frente em defesa da previdência social/ MOSAP – reuniões 26 setembro; 25 de outubro;
- PEC 32/2020 – há audiência pública marcada para 27/11 pedida por Sâmia Bomfim e Fernanda Melchiona;

Secões Sindicais

APROFURG

O GTSSA - Seguridade Social / Assuntos de Aposentadoria, que aborda assuntos sobre saúde do trabalhador e da trabalhadora e Assuntos de aposentadoria, tem realizado reuniões mensais na sede da Seção Sindical da APROFURG. O Grupo é formado por professores da ativa e aposentados. Dentro desse GT foi criada a Comissão de Saúde Docente. Como ação, realizou-se no dia 07/11/23 uma live sobre saúde mental, tendo como convidado o psicólogo Renê Vieira Dinelli (CRP 11/04773), especialista em psicologia humanista e existencial e idealizador do Projeto Lugar do Sentir, que desenvolve ações de cuidado e reparação em Saúde Mental da classe trabalhadora em Educação, orientado pela abordagem centrada nas pessoas e nas relações. A live teve duração de 1 hora e teve boa participação. Como segunda ação está prevista uma segunda live, com a mesma temática, e, ao final do ano ou no início de 2024, uma atividade relativa à questão APOSENTADORIA. O GT está propondo uma pesquisa de opinião que possa investigar a saúde docente da Comunidade da FURG, com a próxima reunião prevista para ocorrer em dezembro do corrente ano, que tratará do planejamento das ações para 2024.

ADUFPEL

1. Participação nas reuniões dos GTs nacionais e seminários, cursos e na mobilização em
2. BSB
3. Estamos trabalhando em uma campanha de sindicalização da ADUFPEL;
4. Campanha da regional com a temática democracia, precarização e valorização do
5. trabalho docente;
6. Assembleia dia 29/11, com o ponto sobre o balanço da campanha salarial 2024.
7. Acompanharemos a plenária e a live. Outro ponto é a escolha para delegados e observadores no 42º Congresso;
8. Luta contra as reformas do governo do estado do RS.

ADUFES

1. Processo Eleitoral em curso, com eleições no dia 29/11
2. ADUFES traz Ailton Krenak à UFES no dia 01/12, em articulação com membros das comunicações indígenas, com participação do coral Curumim e grupo de dança Guarani Kaiowá de Aracruz
3. Virgínia Fontes em debate promovido pelo GTPFS/GTPE em dezembro.
4. Por proposta do GTSSA, a ADUFES está oferecendo aos aposentados curso de Ikebana (arranjos florais) e sessões de ginástica.

SEDUFMS

Na Sedufsm está sendo reestruturado o GTSSA, com uma nova agenda de reuniões; definindo um cronograma de ações visando o contato com os aposentados e a possibilidade de um encontro com os mesmos.

ASDUERJ

1. Foi informado que a nova direção da Asduerj assumiu recentemente, em agosto de 2023, e desde então tocou diversas lutas no âmbito da Uerj, do estado do Rio de Janeiro, e em relação às pautas nacionais.
2. Nesse período foram feitas lutas em defesa da Dedicção exclusiva, em defesa da Uerj, contra os ataques da extrema direita e tem sido iniciada uma campanha pela recomposição salarial junto ao fórum das quatro seções sindicais do Andes-SN no estado do Rio de Janeiro.
3. Foi dito ainda que estão ocorrendo as eleições para a reitoria na Uerj e que este tem sido um processo muito deletério, de ataques e calúnias. A Asduerj, junto às outras entidades da universidade, promoveu um debate no primeiro turno, apresentou uma carta compromisso às candidaturas e no segundo turno realizou uma reunião com as duas chapas concorrentes.
4. Foi informado que a seção tem dado ênfase ao trabalho de base, realizou diversas plenárias, uma delas com aposentados, outra com professores substitutos, e nas unidades externas. No início de 2024 serão feitas plenárias no campus Maracanã, num total de 11 plenárias. Esses espaços tem o objetivo de ouvir as pautas específicas dos docentes em relação às condições de trabalho e saúde nos diferentes campi e nas diversas unidades acadêmicas.
5. A partir desse movimento também será impulsionada uma campanha de filiação em 2024, assim como será aprofundado a enquete do Andes-SN em âmbito local, de forma qualitativa, a partir de depoimentos de docentes.
6. Além disso, na última assembleia docente, foi constituído um coletivo pré-congressual, preparatório para o congresso do Andes-SN e que também tem o objetivo de rearticular os GTs do Andes-SN na Asduerj. Esse coletivo tem encaminhado diversas iniciativas relacionadas às pautas dos GTS, incluindo o GTSSA.
7. No último dia 24 a Asduerj sediou o encontro da regional Rio de Janeiro que reuniu as seções do estado e contou com uma mesa sobre o Novo Arcabouço Fiscal, Regime de Recuperação Fiscal e necropolítica, além de atividades culturais.

ADUFPA

O GTSSA lançou a enquete para consultar os/as futuros/as aposentados/as sobre assuntos de aposentadoria com a pergunta: Vou me aposentar e agora? O objetivo de tal enquete é verificar o que sabem sobre os trâmites e como ficam seus proventos depois de aposentados/as. As informações coletadas na enquete ajudarão o GTSSA a construir o Seminário que será realizado em fevereiro ou março. Campanha para conquistar novos membros para o GTSSA, incluindo colegas que estão na ativa. Festa das/dos aposentados/as que acontece todo ano em fevereiro.

ADUSP

1. Estamos construindo o dia 28 de novembro, dia de luta em defesa dos serviços e servidoras/es públicos, contra as privatizações e em defesa da educação pública. O governador Tarcísio de Freitas apresentou uma PEC que visa retirar 5% dos recursos constitucionais da educação paulista (de 30 para 25%).
2. Há várias ações coletivas em andamento, com ganhos para a Adusp: i) URV - ação já ganha, mas USP entrou com embargos de declaração; ii) ação para pagamento

automático do abono permanência - liminar favorável em 1ª instância; iii) pagamento de auxílio saúde para aposentadas/os: a USP instituiu pagamento de auxílio somente para pessoas da ativa; temos liminar favorável para pagamento imediato às/aos aposentadas/os.

3. Estamos acompanhando com preocupação possível migração do pagamento das/os aposentadas/os para SPPrev, uma vez que pode retirar direitos de parte da categoria. Lutamos para que o governo estadual arque com a insuficiência financeira (diferença entre arrecadado com alíquotas da previdência e o pagamento de aposentadorias), conforme Lei Estadual 1010/2007.

10h40 às 11h00 intervalo

11 às 13h - calendário de lutas e mobilizações

Foram retomadas as deliberações do 65º e 66º CONAD (abaixo), com colocação de destaques.

POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

EXTRATO DAS RESOLUÇÕES DO 65º E 66º CONAD

O 65º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Lutar pela reposição dos salários do(a)s aposentado(a)s – **Em seguimento**
2. Que o ANDES-SN continue defendendo a revogação de todas as reformas previdenciárias das últimas décadas: 1998, 2003, 2019 e mobilizando para barrar a Portaria/INSS no 1.365/21 e o Decreto no 10.620/2021, que dentre outras propostas de retirada de direitos apresenta a criação de um órgão, ligado a ao INSS, para administrar toda a previdência do(a)s servidore(a)s público(a)s e pela aprovação do PLP 189/2021, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados. – **Em seguimento**
- 2.1 Produzir materiais explicativos (vídeos, cards, InformANDES) para informar e mobilizar a categoria, destacando a ameaça de transferência da previdência para o INSS. **Em seguimento**
3. Atualizar a pesquisa que foi realizada e divulgada no ano de 2019, sobre situação de ataque à Previdência nos estados.
4. Lutar de forma unificada em defesa dos direitos de aposentadoria com o conjunto do(a)s docentes - magistério superior e EBTT, docentes aposentado(a)s e da ativa, realizando atividades visando a divulgação e mobilização da base ANDES-SN por meio de materiais explicativos: cards, vídeos e InformAndes, bem como a articulação das seções sindicais com demais sindicatos de servidore(a)s, entidades e parlamentares. **Em seguimento - mesa de carreira.**
5. Lutar pelo retorno do(a)s aposentado(a)s ao projeto de carreira, em função da desestruturação da carreira docente e os impactos nas condições salariais do(a)s aposentado(a)s, decorrentes da não transposição. **Em seguimento. Ofício solicitando pauta no MGI**
6. Resgatar os estudos das perdas para as diferentes "gerações" de aposentado(a)s, anteriores à contrarreforma da previdência.
7. Realizar a II Jornada Nacional do(a)s Aposentado(a)s no segundo semestre de 2022. **Realizada**

8. Denunciar e promover ações contra o Ministério da Economia que retirou do(a)s aposentado(a)s, por meio de uma nota técnica, os seus direitos com relação ao artigo 192, da Lei no 8.112 do Regime Único do(a)s Trabalhador(a)s, funcionário(a)s público(a)s, que se aposentaram a partir de 1995, inclusive retroagindo aos já aposentado(a)s.
9. Intensificar a luta pela revogação da Lei no 10.887/2004, que acabou com a integralidade e a paridade na remuneração, e da Lei no 12.618/12, que estabeleceu o limite do teto do INSS para a aposentadoria e pensões dos serviços públicos federais. **Em seguimento – MNNP e processo em que o Andes é amicus Curiae na ação da fenajufe contra a aposentadoria pelo teto para quem entrou no SPF antes de 04/02/2013,**
10. Elaborar um Dossiê sobre as consequências da implantação da EBSEH, denunciando os impactos negativos sobre os hospitais universitários cedidos à empresa, no que tange às condições de trabalho, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à autonomia universitária, em articulação com CSP-Conlutas, FASUBRA, Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, a União Nacional dos Estudantes - UNE e seções sindicais que estão com a gestão da EBSEH nos seus HU, intensificando a luta pela revogação da Lei no 12550/11 – EBSEH.
11. Atualizar o debate sobre a questão da EBSEH trazendo como temas: a) a militarização dos cargos do serviço público federal, incluindo a EBSEH, b) os altos salários, outras benesses da direção da EBSEH e os cargos ocupados nos HU, pagos com recursos públicos e superiores o(a)s servidore(a)s dos HU como também do(a)s servidore(a)s e professore(a)s de todas as Universidades Federais no nosso país e c) o processo de precarização do trabalho nos Hospitais universitários. **Em seguimento – participação no evento em defesa dos HU no dia 02.10.2023**
12. Lutar pelo financiamento público dos HU ligados a universidades estaduais, bem como pela reposição de recursos humanos e infraestrutura que dê conta de formação e assistência de qualidade. **Em seguimento – participação no evento em defesa dos HU no dia 02.10.2023**
13. Dar continuidade, em conjunto com as outras categorias, ao debate com a comunidade universitária sobre: 13.a) a ameaça à autonomia universitária e de privatização da saúde pública; 13.b) o fato de que a indústria de medicamentos e de equipamentos terá livre trânsito nos hospitais; 13.c) o risco do atendimento preferencial a usuários de planos de saúde conveniados, em detrimento do atendimento 100% SUS; 13.d) repercussão para as funções de hospital-escola. **Em seguimento – participação na FNPS.**
14. Intensificar a luta em defesa do SUS: a) denunciando o seu desmonte; b) elaborando materiais atualizados sobre a denúncia privatização da saúde, como as OS e a EBSEH, divulgando o papel e a política do seu SUS como promotor da política de saúde universal, por meios de cards e vídeos com informações e depoimentos de docentes, técnica(o)s e estudantes sobre a experiência com a gestão da EBSEH; c) ampliação do financiamento público e com valorização da(o)s profissionais de saúde. **Em seguimento – participação na FNPS.**
15. Realizar o VIII Seminário Nacional de Saúde do(a) Trabalhador(a) Docente, no segundo semestre de 2022. **Realizado.**
16. Denunciar a situação das mortes de docentes por COVID-19 e das sequelas da Covid-19 (fisiológicas e cognitivas) que muito(a)s docentes, anteriormente contaminado(a)s, estão agora sofrendo, além do isolamento social. Neste sentido, lutar pelo tratamento especializado para o(a)s mesmo(a)s e garantia de licença e afastamento.
17. Que as seções sindicais promovam debates sobre as condições da saúde docente, física e mental, com ênfase nas sequelas provenientes da COVID-19, no contexto da

pandemia e do retorno presencial. **Os resultados preliminares da Enquete podem subsidiar.**

18. Fazer um levantamento das IFES/IEES/IMES que realizaram estudo sobre os impactos da pandemia na saúde docente. **Em seguimento – Enquete**
19. Realizar um seminário sobre os 10 anos do FUNPRESP e das lutas que o ANDES-SN tem travado contra a privatização da previdência, como objetivo de balanço e atualização das campanhas sobre o tema FUNPRESP e a previdência complementar dos estados e municípios. **Previsão 2/2024**
20. Que o ANDES-SN e as seções sindicais mantenham-se na luta pela quebra das patentes das vacinas, defendendo a vacinação universal. Uma vez que a vacinação deve priorizar a proteção da vida de todos os seres humanos, independentemente de sua nacionalidade, raça, etnia, gênero ou classe. A vida acima dos lucros.
21. Realizar um Seminário Nacional dos Hospitais Universitários, em articulação com a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, a CSP-Conlutas e outras centrais sindicais que lutam contra a EBSEH, a Fasubra e a UNE e demais entidades do campo classista. **Em seguimento – participação no seminário de 02.10.2023**
22. Articular com Parlamentares Federais a criação da Frente Parlamentar em defesa dos Hospitais Universitários. **Em seguimento – participação no seminário de 02.10.2023**
23. Que a Assessoria Jurídica Nacional do ANDES-SN elabore um parecer sobre as alterações no regime de aposentadoria do(a)s servidore(a)s público(a)s, indicando ações jurídicas de enfrentamento à desestruturação do modelo de repartição simples, bem como sobre a transferência à(o)s servidore(a)s do ônus do déficit necessariamente gerado a partir das reformas previdenciárias, especialmente pela EC no 103/2019, mediante o aumento das alíquotas de contribuição e outras restrições salariais.
24. Avaliar o impacto da pandemia da COVID 19 no trabalho e na saúde docente nas Instituições de Educação Superior, com levantamento nacional, por parte das Seções Sindicais: (a) do número de mortes e adoecimentos de docentes em função da pandemia; (b) das condições de trabalho e de saúde docente no Ensino Remoto Emergencial; (c) o atendimento à saúde docente desenvolvido pelas Instituições de Ensino.

O 66º CONAD DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN lute para garantir remuneração integral e isonômica do(a)s integrantes de mesmo nível, titulação e regime de trabalho, na carreira, com recomposição das perdas salariais, respeito aos direitos da carreira, mantida paridade entre ativos e aposentados. **Em seguimento – na pauta da MNNP**
2. Que o ANDES-SN lute pela revogação das Reformas da Previdência, Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003 e da Emenda Constitucional no 103, de 12 de novembro de 2019, contra as reformas que comprometeram de forma nefasta as aposentadorias, nos âmbitos federal, estaduais e municipais e contra a Lei nº 12.618, de 2012, que cria o FUNPRESP, instituindo o regime de previdência complementar para o(a)s servidore(a)s público(a)s federais de cargo efetivo, criando uma divisão entre o(a)s servidore(a)s que têm uma aposentadoria efetiva e os que estão à mercê do mercado com seus fundos previdenciários. **Em seguimento – na pauta da MNNP**
3. Que o ANDES-SN lute pela garantia da estrutura das IES com segurança para o ensino presencial, contra a e Educacional: em afetado(a)s por dificuldades durante o período remoto, adequação das estruturas físicas, acesso a ferramentas digitais e condições de

trabalho e estudo dignas e sanitariamente seguras. Em seguimento – na pauta da MNNP – Mesa setorial

4. Que o ANDES-SN incorpore como luta critérios de restrição e cuidado quanto à adoção crescente de aplicativos de mensagens, plataformas de controle da produção e das atividades administrativas. Tais recursos têm sido utilizados para submissão do(a) docente às jornadas ininterruptas de trabalho, com inúmeros prejuízos à sua saúde. Em seguimento – na pauta da MNNP – Mesa setorial
5. Que o ANDES-SN, as secretarias Regionais e as SSIND:
 - A. Debatam a relação entre a saúde do(a) trabalhador(a) docente e as condições de trabalho, relacionando-as ao produtivismo acadêmico, jornada de trabalho, falta de recursos, inadequada infraestrutura, individualismo, trabalho competitivo e concorrencial, arrochos salariais, perdas de direito, déficit de docentes, entre tantos outros; Em seguimento – na pauta da MNNP – Mesa setorial
 - B. Intensifiquem a luta por assistência à saúde de qualidade para a comunidade universitária; em seguimento – na pauta da MNNP – Mesa setorial
 - C. Intensifiquem a luta em defesa do SUS e seus princípios, contra qualquer iniciativa que visa a privatização da saúde; em seguimento – participação na FNPS
 - D. Debatam sobre o tema das perspectivas da saúde do(a) trabalhador(a), a fim de acumular, no âmbito do GTSSA. Em seguimento – reunião GTSSA 25 e 26 novembro
 - E. Incorporar o debate do GT de Seguridade a temática sobre o direito à desconexão, compreendida como direito fundamental de preservação da saúde mental e funcional do(a)s docentes, que estão expostos de forma excessiva às consequências das tecnologias

ENCAMINHAMENTOS a serem apreciados em Reunião da Diretoria Andes-SN

- Realizar a segunda etapa da Enquete Nacional sobre Trabalho e Saúde Docente, em todas as instituições que são base do ANDES-SN, sob responsabilidade do GTSSA nacional, mantendo o mesmo conjunto de questões da primeira etapa.
- Realizar a III Jornada de Assuntos de Aposentadorias no segundo semestre de 2024.
- Realizar o IX Seminário Nacional de Saúde do(a) Trabalhador(a) Docente, no primeiro semestre de 2025.
- Que a jornada de assuntos de aposentadorias seja precedida de jornadas organizadas pelas Seções sindicais
- Participar das Conferência Nacionais Livres de Saúde e como observador nas Conferências Nacionais de Saúde.
- Criar uma política nacional de saúde nas universidades, dentro dos marcos do SUS, do SIASS e do PNAS, com criação de subsistemas de vigilância da saúde do trabalhador/a docente e, ainda, englobando os pós-graduandos e terceirizados, que não contam com políticas próprias.
- Que a política considere vigilância ambiental e assistência à saúde com foco na saúde e prevenção.
- Que haja investimento financeiro, de gestão e formação de equipes.
- Retomar campanha pela não adesão à Funpresp, centrando a atenção no balanço dos dez anos de FUNPRESP.
- Rever normas de insalubridade.

- Que o ANDES estabeleça a defesa de tempos mínimos para entrega de tarefas como pareceres.
- Que o ANDES estabeleça a defesa, em âmbitos nacional e local, de que o editais de pesquisa, ensino e extensão não sejam abertos em período de férias docentes.

13h - Encerramento